

ágora

Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2015, registramos o pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 197 mil, deliberados

conforme Ata da AGO de 17 de abril de 2014.

No exercício, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 33,3 milhões, correspondente a R\$ 2.435,32 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 459,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 906,8 milhões.

Rio de Janeiro, RJ, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE	538.107	510.418	CIRCULANTE	443.225	410.130
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	3.681	2.972	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	-	2.463
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	294.308	319.879	Carteira Própria (Nota 14)	-	2.463
Aplicações no Mercado Aberto	294.308	319.879	OUTRAS OBRIGAÇÕES	443.225	407.667
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2	-
DERIVATIVOS (Nota 6a)	115	3.697	Sociais e Estatutárias (Nota 17c)	20.394	20.275
Carteira Própria	115	3.697	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	12.912	1.213
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	15.740	15.851	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	401.385	378.149
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	15.822	15.931	Diversas (Nota 16b)	8.532	8.030
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(82)	(80)			
OUTROS CRÉDITOS	220.973	165.886			
Rendas a Receber (Nota 9a)	24	190	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.276	-
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	215.415	160.555	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.276	-
Diversos (Nota 9b)	5.742	5.261	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	286	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(208)	(120)	Diversas (Nota 16b)	3.990	-
OUTROS VALORES E BENS	3.290	2.133			
Despesas Antecipadas (Nota 10)	3.290	2.133			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	352.634	311.747			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a)	336.570	294.508	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	459.304	426.292
Carteira Própria	256.895	222.771	Capital:		
Vinculados a Operações Compromissadas	-	2.472	- De Domiciliados no País (Nota 17a)	263.000	263.000
Vinculados à Prestação de Garantias	79.675	69.265	Reservas de Lucros (Nota 17b)	196.463	163.478
OUTROS CRÉDITOS	16.064	17.239	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(159)	(186)
Diversos (Nota 9b)	16.064	17.239			
PERMANENTE	16.064	14.257			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	2.768	2.619			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	1.861	1.712			
Outros Investimentos	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	6.341	6.142			
Outras Imobilizações de Uso	16.528	14.993			
Depreciação Acumulada	(10.187)	(8.851)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	6.955	5.496			
Ativos Intangíveis	13.702	9.833			
Amortização Acumulada	(6.747)	(4.337)			
TOTAL	906.805	836.422	TOTAL	906.805	836.422

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre	Exercícios findos em	
	2015	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	47.567	88.507	67.623
Operações de Crédito	3.177	5.623	7.527
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	44.390	82.884	60.096
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	113	225	503
Operações de Captações no Mercado (Nota 14)	7	92	277
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	106	133	226
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	47.454	88.282	67.120
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(18.832)	(32.776)	(62.273)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	33.866	66.322	62.052
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(10.816)	(20.872)	(19.329)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(35.491)	(66.736)	(58.419)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(4.669)	(8.943)	(7.555)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	87	151	80
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	780	1.453	965
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(2.589)	(4.151)	(40.067)
RESULTADO OPERACIONAL	28.622	55.506	4.847
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	37	138	40
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	28.659	55.644	4.887
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 25a e b)	(11.606)	(22.343)	3.345
LUCRO LÍQUIDO	17.053	33.301	8.232
Número de ações (Nota 17a)	13.674.157	13.674.157	13.674.157
Lucro por lote de mil ações em R\$	1.247,10	2.435,32	602,01

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre	Exercícios findos em	
	2015	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	28.659	55.644	4.887
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.758	7.045	3.625
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (87)	(87)	(151)	(80)
Depreciações e Amortizações	2.224	4.372	2.727
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	106	133	226
Despesas com Provisões Civeis, Trabalhistas e Fiscais (Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	1.534	2.710	751
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	32.417	62.689	8.512
Aumento em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(35.567)	(57.684)	(85.371)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(108)	130	(5.823)
Redução em Captações no Mercado Aberto	-	(2.463)	(150)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(13.167)	25.680	55.734
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.001)	(8.554)	(11.287)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(21.426)	19.798	(38.385)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aumento em Títulos Disponível para Venda	(20.589)	(38.453)	(140.644)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(253)	(2.162)	(4.985)
Alienação de Imobilizado de Uso	19	19	-
Aquisição de Intangível	(269)	(3.868)	(3.056)
Dividendos Recebidos	-	1	-
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(21.092)	(44.463)	(148.685)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(197)	(197)	-
Aumento de Capital em Dinheiro	-	-	100.000
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(197)	(197)	100.000
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(42.715)	(24.862)	(87.070)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	340.704	322.851	409.921
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	297.989	297.989	322.851
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(42.715)	(24.862)	(87.070)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 30.6.2015	263.000	3.368	176.204	326	-	442.898
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(485)	-	(485)
Lucro Líquido	-	-	-	-	17.053	17.053
Destinações: - Reservas	-	852	16.039	-	(16.891)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(162)	(162)
Saldos em 31.12.2015	263.000	4.220	192.243	(159)	-	459.304
Saldos em 31.12.2013	163.000	2.143	173.181	62	-	338.386
Aumento de Capital em Espécie	100.000	-	-	-	-	100.000
Dividendos Declarados	-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(248)	-	(248)
Lucro Líquido	-	-	-	-	8.232	8.232
Destinações: - Reservas	-	412	7.742	-	(8.154)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(78)	(78)
Saldos em 31.12.2014	263.000	2.555	160.923	(186)	-	426.292
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	27	-	27
Lucro Líquido	-	-	-	-	33.301	33.301
Destinações: - Reservas	-	1.665	31.320	-	(32.985)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(316)	(316)
Saldos em 31.12.2015	263.000	4.220	192.243	(159)	-	459.304

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Ágora
Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015	%	2015	%	2014	%
1 - RECEITAS	79.555	161,6	152.136	160,8	90.387	235,8
1.1) Intermediação Financeira.....	47.567	96,6	88.507	93,6	67.623	176,4
1.2) Prestação de Serviços.....	33.866	68,8	66.322	70,1	62.052	161,9
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(106)	(0,2)	(133)	(0,2)	(226)	(0,6)
1.4) Outras	(1.772)	(3,6)	(2.560)	(2,7)	(39.062)	(101,9)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(7)	-	(92)	(0,1)	(277)	(0,7)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(28.191)	(57,3)	(53.229)	(56,3)	(49.133)	(128,2)
Serviços de Terceiros	(188)	(0,4)	(383)	(0,4)	(505)	(1,3)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.766)	(3,6)	(2.514)	(2,7)	(2.075)	(5,4)
Materiais, Água, Energia e Gás	(484)	(1,0)	(1.147)	(1,2)	(940)	(2,5)
Serviços Técnicos Especializados	(2.801)	(5,7)	(4.620)	(4,9)	(3.186)	(8,3)
Processamento de Dados.....	(6.728)	(13,7)	(12.727)	(13,4)	(10.457)	(27,3)
Comunicação	(2.145)	(4,3)	(4.055)	(4,3)	(4.575)	(11,9)
Transporte	(61)	(0,1)	(103)	(0,1)	(77)	(0,2)
Viagens	(186)	(0,4)	(337)	(0,4)	(249)	(0,7)
Manutenção e Conservação de Bens	(437)	(0,9)	(799)	(0,8)	(489)	(1,3)
Serviços do Sistema Financeiro.....	(12.967)	(26,3)	(25.622)	(27,1)	(25.926)	(67,6)
Outros	(428)	(0,9)	(922)	(1,0)	(654)	(1,7)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3).....	51.357	104,3	98.815	104,4	40.977	106,9
5 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(2.224)	(4,5)	(4.372)	(4,6)	(2.727)	(7,1)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	49.133	99,8	94.443	99,8	38.250	99,8
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	87	0,2	151	0,2	80	0,2
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	87	0,2	151	0,2	80	0,2
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7).....	49.220	100,0	94.594	100,0	38.330	100,0
9 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO.....	49.220	100,0	94.594	100,0	38.330	100,0
9.1) Pessoal	9.640	19,6	18.556	19,6	17.087	44,6
Proventos	5.186	10,5	10.149	10,7	9.693	25,3
Benefícios	1.747	3,6	3.357	3,5	3.180	8,3
FGTS	505	1,0	921	1,0	804	2,1
Outros	2.202	4,5	4.129	4,4	3.410	8,9
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	17.451	35,5	33.602	35,5	6.452	16,8
Federais	16.655	33,9	32.040	33,8	5.061	13,2
Municipais	796	1,6	1.562	1,7	1.391	3,6
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	5.076	10,3	9.135	9,7	6.559	17,1
Aluguéis	3.057	6,2	6.113	6,5	5.741	15,0
Arrendamento de Bens	2.019	4,1	3.022	3,2	818	2,1
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	17.053	34,6	33.301	35,2	8.232	21,5
Dividendos	162	0,3	316	0,3	78	0,2
Lucros Retidos	16.891	34,3	32.985	34,9	8.154	21,3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM" ou "Instituição") tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em virtude da alteração da alíquota, a Ágora CTVM constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Compostos basicamente por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

m) Captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são

continua...

...continuação...

ágORA

Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional....	3.681	2.972
Total de disponibilidades (caixa)	3.681	2.972
Aplicações no mercado aberto (1).....	294.308	319.879
Total de caixa e equivalentes de caixa	297.989	322.851

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 90 dias	Total	
		2015	2014
Aplicação no mercado aberto:			
Posição bancada	294.308	294.308	319.879
Letras do tesouro nacional	294.308	294.308	319.879
Total em 2015	294.308	294.308	
Total em 2014	319.879		319.879

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez
Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	43.211	42.302
Total (Nota 6b)	43.211	42.302

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2015		2014						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos (1)									
Títulos disponíveis para venda									
Ações.....	35	-	-	-	35	96	(61)	70	(26)
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	333.481	333.481	333.656	(175)	293.974	(278)
Letras do tesouro nacional.....	80	-	-	446	526	543	(17)	505	(12)
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	140	140	153	(13)	322	6
Certificados de depósito bancário	-	-	-	2.503	2.503	2.503	-	3.334	-
Total em 2015	115	-	-	336.570	336.685	336.951	(266)	298.205	(310)
Total em 2014	129	234	3.334	294.508					

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(2) Representado pelos títulos de carteira própria, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ (159) mil (2014 - R\$ (186) mil), líquido dos efeitos tributários.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	43.211	42.302
Títulos de renda fixa	39.747	18.067
Títulos de renda variável	(74)	(273)
Total	82.884	60.096

c) Instrumentos financeiros derivativos
A Ágora CTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos próprios em 31 de dezembro de 2015.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Curso anormal				Parcelas vencidas			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2015	Total (A)	
Operações de crédito								
Financiamentos	-	-	-	-	4	4	1,9	6
Outros créditos (1).....	71	2	10	31	96	210	98,1	35
Total em 2015	71	2	10	31	100	214	100,0	41
Total em 2014	1	5	-	12	23			100,0

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

b) Modalidades e níveis de riscos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Curso normal				Total (B)			
	1 a 30 dias	2015	%	2014	%	2015	Total geral (A+B)	%
Operações de crédito								
Financiamentos	15.818	15.818	100,0	15.925	100,0	15.822	98,7	15.931
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	210	1,3	35
Total em 2015	15.818	15.818	100,0	15.925	100,0	16.032	100,0	15.966
Total em 2014	15.925			15.925	100,0			100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015		2014	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor.....	4.169	26,0	5.627	35,2
Dez maiores devedores.....	8.698	54,3	11.337	71,0
Vinte maiores devedores.....	10.802	67,4	12.404	77,7
Cinquenta maiores devedores.....	13.326	83,1	13.969	87,5
Cem maiores devedores	14.939	93,2	15.110	94,6

d) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015		2014	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado				
Indústria	2	-	1	-
Comércio	-	-	47	0,3
Serviços	326	2,0	5.648	35,4
Pessoa física	15.704	98,0	10.270	64,3
Total	16.032	100,0	15.966	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Saldo da carteira				Provisão				Percentual mínimo requerido
	Curso		Total		Provisão requerida		2015		
Níveis de risco	Normal	Anormal		%	Genérica	Específica		2014	
AA.....	248	-	248	1,6	-	-	-	-	-
A	15.570	-	15.570	97,1	78	-	78	78	0,50
B	-	65	65	0,4	-	1	1	-	1,00
C	-	4	4	-	-	-	-	-	3,00
Subtotal	15.818	69	15.887	99,1	78	1	79	78	
D	-	11	11	0,1	-	1	1	-	10,00
F	-	28	28	0,2	-	14	14	3	50,00
G.....	-	2	2	-	-	1	1	5	70,00
H	-	104	104	0,6	-	104	104	23	100,00
Subtotal	-	145	145	0,9	-	120	120	31	
Total em 2015	15.818	214	16.032		78	121	199		
%	98,7	1,3		100,0	60,8	39,2	100,0		
Total em 2014	15.925	41	15.966		78	31		109	
%	99,8	0,2		100,0	71,6	28,4		100,0	

continua...

...continuação...

Ágora

Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Saldo inicial.....10977

Constituição de provisão133226

Baixas para prejuízo.....(43)(194)

Saldo final - com características de concessão de crédito (A).....199109

Provisão específica (1).....12131

Provisão genérica (2).....7878

Saldo final - sem características de concessão de crédito (B).....9191

Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa (A+B).....290200

Recuperação de créditos baixados com prejuízo (3).....-190

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e

(3) Classificadas em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN

A Ágora CTVM não teve operações renegociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada em até D+3, conforme composição demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Outros créditosOutras obrigações

2015201420152014

Devedores/credores por conta de liquidação pendente.....137.644108.491371.808338.391

Caixa de registro e liquidação.....77.68051.97327.67038.287

Comissões e corretagens a pagar...- -1.7741.379

Outros créditos/ obrigações por negociação e intermediação de valores.....919113392

Total215.415160.555401.385378.149

9) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Serviços prestados - taxa de custódia e de administração2398

Comissões e corretagens.....-91

Dividendos a receber.....11

Total24190

b) Diversos

Em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Devedores por depósito em garantia10.2119.458

Impostos e contribuições a compensar ..6.4986.012

Créditos tributários (Nota 25c).....4.7876.943

Títulos e créditos a receber (Nota 7a)...21035

Adiantamentos e antecipações salariais9628

Devedores diversos.....424

Total21.80622.500

10) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se, basicamente, ao diferimento dos custos com prestação de serviços de terceiros relativos à consultoria tecnológica.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Resultado de equivalência patrimonial

20152014

EmpresaCapital socialPatrimônio líquido ajustadoLucro líquido ajustadoQuantidade de cotas possuídas (em milhares)Participação no capital social %Valor contábil20152014

Ágora Educacional Ltda.1.5741.8611511.57499,9999361.8611.71215180

b) Outros investimentos no montante de R\$ 907 mil (2014 - R\$ 907 mil) referem-se, basicamente, a Título Patrimonial da BM&FBOVESPA, no valor de R\$ 898 mil (2014 - R\$ 898 mil).

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Em 31 de dezembro - R\$ mil

TaxaCustoDepreciaçãoCusto líquido de depreciação

20152014

Imobilizado de uso:

- Instalações, móveis e equipamentos de uso10%4.339(3.913)426570

- Sistema de segurança e comunicação.....10%1.206(987)219274

- Sistema de processamento de dados20%10.983(5.287)5.6965.298

Total em 201516.528(10.187)6.341

Total em 201414.993(8.851)6.142

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por *software* e seu valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 13.702 mil (2014 - R\$ 9.833 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 6.747 mil (2014 - R\$ 4.337 mil).

14) CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro - R\$ mil

1 a 30 dias20152014

Carteira livre movimentação- -2.463

Total em 2015- -

Total em 20142.4632.463

Despesas com operações de captações no mercado

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Captações no mercado aberto92277

Total92277

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

III - Movimentação das provisões constituídas

Em 31 de dezembro - R\$ mil

TrabalhistasCíveis

20152014

Saldo em 31 de dezembro de 2014548736

Constituições líquidas de reversões e baixas442.606

Atualização monetária.....-60

Pagamentos(3)-

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 16b).....5893.402

As provisões referentes às ações judiciais da Ágora CTVM são consideradas de longo prazo devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Ágora CTVM figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2015, os processos com esta classificação são relativos à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e contribuição previdenciária no valor total de R\$ 28.957 mil (2014 - R\$ 27.397 mil).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....11.292-

Impostos e contribuições a recolher.....1.4541.088

Provisão para imposto de renda diferido (Nota 25c).....452125

Total13.1981.213

b) Diversas

Em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Participação dos empregados nos lucros4.8384.876

Provisões cíveis (Nota 15b - III)3.402736

Provisão para pagamentos a efetuar de outras despesas administrativas2.327653

Provisão para pagamentos a efetuar de despesas de pessoal.....1.3661.217

Provisões trabalhistas (Nota 15b - III)...589548

Total12.5228.030

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 263.000 mil (2014 - R\$ 263.000 mil) é representado por 13.674.157 (2014 - 13.674.157) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Reservas de lucros.....196.463163.478

- Reserva legal (1).....4.2202.555

- Reserva estatutária (2).....192.243160.923

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

18) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Rendas de corretagens de operações em bolsas50.15349.649

Rendas de serviços de custódia.....7.3174.488

Comissão de intermediação de ações ..7.2406.143

Taxa de administração.....1.3231.613

Comissões de colocação de títulos289159

Total66.32262.052

19) DESPESAS DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Proventos10.1499.693

Participação dos empregados nos lucros3.7603.295

Benefícios.....3.3573.180

Encargos sociais2.3373.045

Treinamentos6572

Provisões trabalhistas4443

Outras2601

Total20.87219.329

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Serviços do sistema financeiro.....25.62225.926

Processamento de dados.....12.72710.457

Aluguéis.....6.1135.741

Serviços técnicos especializados4.6203.186

Depreciações e amortizações4.3722.727

Comunicação.....4.0554.575

Arrendamento de bens3.022818

Propaganda, promoções e publicidade2.5142.075

Materiais, água, energia e gás1.147940

Manutenção e conservação de bens....799489

Serviços de terceiros383505

Viagens337249

Transporte10377

Outras922654

Total66.73658.419

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

20152014

Contribuição à COFINS.....6.2245.179

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....1.5621.391

Contribuição ao PIS.....1.011842

Outras146143

Total8.9437.555

continua...



Ágora
Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.014.747/0001-35
Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercicio findo em 31 de dezembro de 2015, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2015, registramos o pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 197 mil, deliberados

conforme Ata da AGO de 17 de abril de 2014.

No exercicio, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 33,3 milhões, correspondente a R\$ 2.435,32 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 459,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 906,8 milhões.

Rio de Janeiro, RJ, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE	538.107	510.418	CIRCULANTE	443.225	410.130
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	3.681	2.972	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	-	2.463
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	294.308	319.879	Carteira Própria (Nota 14)	-	2.463
Aplicações no Mercado Aberto	294.308	319.879	OUTRAS OBRIGAÇÕES	443.225	407.667
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	2	-
DERIVATIVOS (Nota 6a)	115	3.697	Sociais e Estatutárias (Nota 17c)	20.394	20.275
Carteira Própria	115	3.697	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a).....	12.912	1.213
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	15.740	15.851	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8).....	401.385	378.149
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	15.822	15.931	Diversas (Nota 16b).....	8.532	8.030
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(82)	(80)			
OUTROS CRÉDITOS	220.973	165.886			
Rendas a Receber (Nota 9a).....	24	190			
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	215.415	160.555	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	4.276	-
Diversos (Nota 9b).....	5.742	5.261	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.276	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7).....	(208)	(120)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a).....	286	-
OUTROS VALORES E BENS	3.290	2.133	Diversas (Nota 16b).....	3.990	-
Despesas Antecipadas (Nota 10).....	3.290	2.133			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	352.634	311.747			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a)	336.570	294.508	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	459.304	426.292
Carteira Própria	256.895	222.771	Capital:		
Vinculados a Operações Compromissadas	-	2.472	- De Domiciliados no País (Nota 17a)	263.000	263.000
Vinculados à Prestação de Garantias	79.675	69.265	Reservas de Lucros (Nota 17b).....	196.463	163.478
OUTROS CRÉDITOS.....	16.064	17.239	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(159)	(186)
Diversos (Nota 9b).....	16.064	17.239			
PERMANENTE	16.064	14.257			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	2.768	2.619			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País.....	1.861	1.712			
Outros Investimentos.....	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12).....	6.341	6.142			
Outras Imobilizações de Uso.....	16.528	14.993			
Depreciação Acumulada.....	(10.187)	(8.851)			
INTANGÍVEL (Nota 13).....	6.955	5.496			
Ativos Intangíveis	13.702	9.833			
Amortização Acumulada	(6.747)	(4.337)			
TOTAL	906.805	836.422	TOTAL	906.805	836.422

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	2014		2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	47.567	88.507	67.623	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Operações de Crédito	3.177	5.623	7.527	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b).....	44.390	82.884	60.096	Contribuição Social	28.659	55.644	4.887
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	113	225	503	Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.758	7.045	3.625
Operações de Captações no Mercado (Nota 14).....	7	92	277	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(87)	(151)	(80)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	106	133	226	Depreciações e Amortizações	2.224	4.372	2.727
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	47.454	88.282	67.120	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	106	133	226
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS.....	(18.832)	(32.776)	(62.273)	Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais (Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	1.534	2.710	751
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18).....	33.866	66.322	62.052	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	32.417	62.689	8.512
Despesas de Pessoal (Nota 19).....	(10.816)	(20.872)	(19.329)	Aumento em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(35.567)	(57.684)	(85.371)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20).....	(35.491)	(66.736)	(58.419)	(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(108)	130	(5.823)
Despesas Tributárias (Nota 21).....	(4.669)	(8.943)	(7.555)	Redução em Captações no Mercado Aberto.....	-	(2.463)	(150)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a).....	87	151	80	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(13.167)	25.680	55.734
Outras Receitas Operacionais (Nota 22).....	780	1.453	965	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.001)	(8.554)	(11.287)
Outras Despesas Operacionais (Nota 23).....	(2.589)	(4.151)	(40.067)	Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades Operacionais.....	(21.426)	19.798	(38.385)
RESULTADO OPERACIONAL	28.622	55.506	4.847	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	37	138	40	Aumento em Títulos Disponível para Venda.....	(20.589)	(38.453)	(140.644)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	28.659	55.644	4.887	Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(253)	(2.162)	(4.985)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 25a e b)	(11.606)	(22.343)	3.345	Alienação de Imobilizado de Uso.....	19	19	-
LUCRO LÍQUIDO	17.053	33.301	8.232	Aquisição de Intangível.....	(269)	(3.868)	(3.056)
Número de ações (Nota 17a)	13.674.157	13.674.157	13.674.157	Dividendos Recebidos	-	1	-
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	1.247,10	2.435,32	602,01	Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....	(21.092)	(44.463)	(148.685)
				Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
				Dividendos Pagos.....	(197)	(197)	-
				Aumento de Capital em Dinheiro	-	-	100.000
				Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(197)	(197)	100.000
				Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(42.715)	(24.862)	(87.070)
				Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	340.704	322.851	409.921
				Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	297.989	297.989	322.851
				Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(42.715)	(24.862)	(87.070)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2015	%	2015	%	2014	%	
1 - RECEITAS	79.555	161,6	152.136	160,8	90.387	235,8	
1.1) Intermediação Financeira.....	47.567	96,6	88.507	93,6	67.623	176,4	
1.2) Prestação de Serviços.....	33.866	68,8	66.322	70,1	62.052	161,9	
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(106)	(0,2)	(133)	(0,2)	(226)	(0,6)	
1.4) Outras	(1.772)	(3,6)	(2.560)	(2,7)	(39.062)	(101,9)	
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(7)	-	(92)	(0,1)	(277)	(0,7)	
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(28.191)	(57,3)	(53.229)	(56,3)	(49.133)	(128,2)	
Serviços de Terceiros.....	(188)	(0,4)	(383)	(0,4)	(505)	(1,3)	
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(1.766)	(3,6)	(2.514)	(2,7)	(2.075)	(5,4)	
Materiais, Água, Energia e Gás	(484)	(1,0)	(1.147)	(1,2)	(940)	(2,5)	
Serviços Técnicos Especializados	(2.801)	(5,7)	(4.620)	(4,9)	(3.186)	(8,3)	
Processamento de Dados.....	(6.728)	(13,7)	(12.727)	(13,4)	(10.457)	(27,3)	
Comunicação	(2.145)	(4,3)	(4.055)	(4,3)	(4.575)	(11,9)	
Transporte	(61)	(0,1)	(103)	(0,1)	(77)	(0,2)	
Viagens	(186)	(0,4)	(337)	(0,4)	(249)	(0,7)	
Manutenção e Conservação de Bens	(437)	(0,9)	(799)	(0,8)	(489)	(1,3)	
Serviços do Sistema Financeiro.....	(12.967)	(26,3)	(25.622)	(27,1)	(25.926)	(67,6)	
Outros	(428)	(0,9)	(922)	(1,0)	(654)	(1,7)	
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3).....	51.357	104,3	98.815	104,4	40.977	106,9	
5 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(2.224)	(4,5)	(4.372)	(4,6)	(2.727)	(7,1)	
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	49.133	99,8	94.443	99,8	38.250	99,8	
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	87	0,2	151	0,2	80	0,2	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	87	0,2	151	0,2	80	0,2	
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7).....	49.220	100,0	94.594	100,0	38.330	100,0	
9 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO.....	49.220	100,0	94.594	100,0	38.330	100,0	
9.1) Pessoal	9.640	19,6	18.556	19,6	17.087	44,6	
Proventos.....	5.186	10,5	10.149	10,7	9.693	25,3	
Benefícios	1.747	3,6	3.357	3,5	3.180	8,3	
FGTS	505	1,0	921	1,0	804	2,1	
Outros	2.202	4,5	4.129	4,4	3.410	8,9	
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	17.451	35,5	33.602	35,5	6.452	16,8	
Federais	16.655	33,9	32.040	33,8	5.061	13,2	
Municipais	796	1,6	1.562	1,7	1.391	3,6	
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	5.076	10,3	9.135	9,7	6.559	17,1	
Aluguéis	3.057	6,2	6.113	6,5	5.741	15,0	
Arrendamento de Bens	2.019	4,1	3.022	3,2	818	2,1	
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	17.053	34,6	33.301	35,2	8.232	21,5	
Dividendos	162	0,3	316	0,3	78	0,2	
Lucros Retidos	16.891	34,3	32.985	34,9	8.154	21,3	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.014.747/0001-35
Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 30.6.2015.....	263.000	3.368	176.204	326	-	442.898
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(485)	-	(485)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	17.053	17.053
Destinações: - Reservas	-	852	16.039	-	(16.891)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(162)	(162)
Saldos em 31.12.2015.....	263.000	4.220	192.243	(159)	-	459.304
Saldos em 31.12.2013.....	163.000	2.143	173.181	62	-	338.386
Aumento de Capital em Espécie	100.000	-	-	-	-	100.000
Dividendos Declarados.....	-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(248)	-	(248)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	8.232	8.232
Destinações: - Reservas	-	412	7.742	-	(8.154)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(78)	(78)
Saldos em 31.12.2014.....	263.000	2.555	160.923	(186)	-	426.292
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	27	-	27
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	33.301	33.301
Destinações: - Reservas	-	1.665	31.320	-	(32.985)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(316)	(316)
Saldos em 31.12.2015.....	263.000	4.220	192.243	(159)	-	459.304

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM" ou "Instituição") tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa desconto ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco

mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em virtude da alteração da alíquota, a Ágora CTVM constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Compostos basicamente por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

m) Captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional.....	3.681	2.972
Total de disponibilidades (caixa)	3.681	2.972
Aplicações no mercado aberto (1).....	294.308	319.879
Total de caixa e equivalentes de caixa	297.989	322.851

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 90 dias	Total	
		2015	2014
Aplicação no mercado aberto:			
Posição bancada	294.308	294.308	319.879
Letras do tesouro nacional	294.308	294.308	319.879
Total em 2015	294.308	294.308	
Total em 2014	319.879		319.879

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014

Rendas de aplicações em operações compromissadas:

Posição bancada	43.211	42.302
Total (Nota 6b).....	43.211	42.302

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Outros investimentos no montante de R\$ 907 mil (2014 - R\$ 907 mil) referem-se, basicamente, a Título Patrimonial da BM&FBOVESPA, no valor de R\$ 898 mil (2014 - R\$ 898 mil).

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2015	2014
Imobilizado de uso:					
- Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	4.339	(3.913)	426	570
- Sistema de segurança e comunicação.....	10%	1.206	(987)	219	274
- Sistema de processamento de dados	20%	10.983	(5.287)	5.696	5.298
Total em 2015		16.528	(10.187)	6.341	
Total em 2014		14.993	(8.851)		6.142

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por *software* e seu valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 13.702 mil (2014 - R\$ 9.833 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 6.747 mil (2014 - R\$ 4.337 mil).

14) CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	2015	2014
Carteira livre movimentação	-	-	2.463
Total em 2015	-	-	
Total em 2014	2.463		2.463

Despesas com operações de captações no mercado

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014	
Captações no mercado aberto	92	277	
Total	92	277	

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Instituição.

III - Movimentação das provisões constituídas

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	548	736	
Constituições líquidas de reversões e baixas	44	2.606	
Atualização monetária	-	60	
Pagamentos	(3)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 16b)	589	3.402	

As provisões referentes às ações judiciais da Ágora CTVM são consideradas de longo prazo devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Ágora CTVM figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2015, os processos com esta classificação são relativos à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e contribuição previdenciária no valor total de R\$ 28.957 mil (2014 - R\$ 27.397 mil).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014	
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	11.292	-	
Impostos e contribuições a recolher	1.454	1.088	
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 25c)	452	125	
Total	13.198	1.213	

b) Diversas

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014	
Participação dos empregados nos lucros	4.838	4.876	
Provisões cíveis (Nota 15b - III)	3.402	736	
Provisão para pagamentos a efetuar de outras despesas administrativas	2.327	653	
Provisão para pagamentos a efetuar de despesas de pessoal	1.366	1.217	
Provisões trabalhistas (Nota 15b - III) ...	589	548	
Total	12.522	8.030	

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 263.000 mil (2014 - R\$ 263.000 mil) é representado por 13.674.157 (2014 - 13.674.157) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014
Reservas de lucros.....	196.463	163.478
- Reserva legal (1)	4.220	2.555
- Reserva estatutária (2)	192.243	160.923

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Atas das Reuniões da Diretoria, realizadas em 18.12.2014 e 23.12.2015, deliberou-se prorrogar para até 31.12.2016 o pagamento de dividendos no montante de R\$ 20.000 mil, declarados na Reunião de Diretoria de 30.4.2014.

Em 31.12.2015 o valor dos dividendos foi de R\$ 20.394 mil (2014 - R\$ 20.275 mil), registrados em "Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias". Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

R\$ mil		
	2015	2014
Lucro líquido	33.301	8.232
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(1.665)	(412)
Base de cálculo	31.636	7.820
Dividendos propostos	316	78
Percentual em relação à base de cálculo	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações	23,11	5,70

18) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014
Rendas de corretagens de operações em bolsas	50.153	49.649
Rendas de serviços de custódia	7.317	4.488
Comissão de intermediação de ações ..	7.240	6.143
Taxa de administração	1.323	1.613
Comissões de colocação de títulos	289	159
Total	66.322	62.052

19) DESPESAS DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014
Proventos	10.149	9.693
Participação dos empregados nos lucros	3.760	3.295
Benefícios	3.357	3.180
Encargos sociais	3.237	3.045
Treinamentos	65	72
Provisões trabalhistas	44	43
Outras	260	1
Total	20.872	19.329

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014
Serviços do sistema financeiro	25.622	25.926
Processamento de dados	12.727	10.457
Aluguéis	6.113	5.741
Serviços técnicos especializados	4.620	3.186
Depreciações e amortizações	4.372	2.727
Comunicação	4.055	4.575
Arrendamento de bens	3.022	818
Propaganda, promoções e publicidade	2.514	2.075
Materiais, água, energia e gás	1.147	940
Manutenção e conservação de bens	799	489
Serviços de terceiros	383	505
Viagens	337	249
Transporte	103	77
Outras	922	654
Total	66.736	58.419

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014
Contribuição à COFINS	6.224	5.179
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	1.562	1.391
Contribuição ao PIS	1.011	842
Outras	146	143
Total	8.943	7.555

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014
Receitas financeiras	1.220	742
Multas	8	96
Reversão de outras provisões operacionais	-	45
Outras (1)	225	82
Total	1.453	965

(1) Refere-se, basicamente, R\$ 222 mil (2014 - R\$ 81 mil) a incentivos concedidos pela BM&FBOVESPA.

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014
Provisões cíveis	2.666	736
Doações e patrocínios	541	1.000
Multas e juros	53	-
Tributos anistiadados (1)	-	37.630
Outros (2)	891	701
Total	4.151	40.067

(1) Em 2014, refere-se ao principal, multa e juros de débitos, quitados através da adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, instituído pela Lei nº 12.865/13 e prorrogado pelas Leis nºs 12.973/14 e 13.043/14; e

(2) Refere-se, basicamente, R\$ 874 mil (2014 - R\$ 673 mil) a perdas operacionais com clientes.

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2015	2014	2015	2014
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. ..	2.177	2.077	-	-
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A. ..	294.308	319.879	43.211	42.302
Títulos e valores mobiliários:				
Banco Bradesco S.A. ..	2.503	3.334	777	371
Dividendos:				
Banco Bradesco				
BBI S.A.	(20.394)	(20.275)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 24 mil (2014 - R\$ 24 mil) para remuneração dos Administradores.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	55.644	4.887
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(25.040)	(1.955)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	68	32
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(387)	5.568
Crédito tributário líquido passivo diferido (2)	302	-
Outros valores (3)	2.714	(300)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(22.343)	3.345

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014	
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(20.206)	(434)	
Impostos diferidos:			
Constituição no exercício, sobre adições temporárias	1.121	186	
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(1.347)	-	
Prejuízo fiscal	(2.246)	-	
Constituição no período sobre:			
Base negativa de contribuição social	-	1.347	
Prejuízo fiscal	-	2.246	
Ativação de crédito tributário - Lei nº 13.169/15:			
Adições temporárias	335	-	
Total dos impostos diferidos	(2.137)	3.779	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(22.343)	3.345	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Consti- tuição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	762	134	8	888
Provisões cíveis.....	294	1.192	-	1.486
Provisões trabalhistas	219	39	1	257
Provisão para partici- pação nos lucros/ gratificações.....	1.950	1.619	1.519	2.050
Total dos créditos tributários sobre diferenças tempo- rárias.....	3.225	2.984	1.528	4.681
Prejuízo fiscal e base negativa de contribui- ção social.....	3.593	-	3.593	-
Subtotal.....	6.818	2.984	5.121	4.681
Ajuste a valor de mer- cado dos títulos dis- poníveis para venda ..	125	106	125	106
Total dos créditos tributários (Nota 9b)	6.943	3.090	5.246	4.787
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a)	125	327	-	452
Créditos tributários líquidos das obriga- ções fiscais diferidas	6.818	2.763	5.246	4.335

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016.....	1.712	1.215	2.927
2017.....	502	375	877
2018.....	502	375	877
Total	2.716	1.965	4.681

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 4.496 mil (2014 - R\$ 6.545 mil).

Todos os créditos tributários da Ágora CTVM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 452 mil (2014 - R\$ 125 mil) relativas à atualização monetária de depósitos judiciais; inclui, em 2015, o montante de R\$ 33 mil, relativo à majoração da alíquota da CSLL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários procedimentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

nial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, que estão sendo apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3

AÉREAS

Lopes é contra aquisição de 100% por estrangeiras

Recém-anunciado pelo Palácio do Planalto como novo ministro da Secretaria da Aviação Civil (SAC), o deputado federal Mauro Lopes (PMDB-MG) já demonstra divergências em relação ao governo. Em rápida entrevista, o parlamentar afirmou que é contra a possibilidade de empresas estrangeiras deterem até 100% de participação em companhias aéreas brasileiras, como prevê a Medida Provisória (MP) 714, enviada pelo governo federal no início de março deste ano.

A MP elevou de 20% para 49% o limite de capital estrangeiro nas companhias aéreas nacionais, mas um dos artigos da proposta diz que esse percentual poderá ser maior, caso o país de origem dos investidores ofereça a mesma condição

para grupos brasileiros. Lopes apresentou emenda para suprimir justamente esse artigo. "Fiz essa emenda para proteger a aviação nacional. Não podemos entregar a soberania nacional dos céus brasileiros", afirmou o novo ministro da Aviação Civil.

Mauro Lopes disse que pretende trabalhar na SAC como um "maestro de banda", "que não sabe tocar tudo, mas sabe quem está desafinando". "E quem estiver desafinando, a gente troca", afirmou. O parlamentar ponderou, contudo, que não deve fazer mudanças imediatas na pasta, pois a aviação civil passa por um "momento diferente" com a expectativa das Olimpíadas e das concessões de aeroportos de algumas capitais nos próximos meses. "Se fizer mudanças, serão feitas aos poucos", comentou.

O novo ministro já conversou com a presidente Dilma Rousseff. De acordo com Mauro Lopes, ela pediu "lealdade e muito trabalho". Mesmo com o conselho do vice-presidente Michel Temer para que não assumisse vaga na Esplanada neste momento de agravamento da crise política e moção do PMDB proibindo que peemedebistas assumissem cargos no governo por 30 dias, ele disse que aceitou o convite para assumir a SAC porque recebeu apoio de quase a maioria do partido.

"O presidente Temer me pediu para esperar e para ter cautela, mas falou que estaria ao meu lado no que eu decidisse. Tenho ele como um grande parceiro", afirmou o novo ministro. Lopes também minimizou movimento de ala do PMDB contra sua nomeação e disse acreditar

que não será cassado por estar desobedecendo a moção aprovada no sábado. "Isso é muito comum em um partido plural como o PMDB. Respeito o pensamento divergente, mas, pelos anos que tenho, conquistei respeito e quase 100% do PMDB está ao meu lado", afirmou.

Ética

Membro titular do Conselho de Ética da Câmara, Mauro Lopes afirmou que não irá renunciar à vaga. O parlamentar afirmou que apenas pedirá licença, o que possibilitará que um dos suplentes do bloco partidário do qual faz parte o substitua durante as reuniões. Nas votações do processo por quebra de decoro parlamentar contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Lopes votou a favor de seu correligionário.

NO BRASIL

Vice-presidente confirma interesse do Banco Santander no Citibank

O vice-presidente executivo sênior do banco Santander, Conrado Engel, afirmou que o processo de venda das operações do Citibank no Brasil é um processo de médio prazo que ainda está no início. Mais cedo, ele confirmou o interesse do banco espanhol no negócio.

Engel afirmou que muitos bancos irão participar das negociações, mas não quis dizer quais outras instituições estão na concorrência. O Itaú também estaria interessado no negócio.

"Temos ambição de crescer e ganhar market share no Brasil", afirmou, destacando que o Citibank seria um complemento à operação do Santander no Brasil. O Citibank tem clientes com perfil de alta renda, o que

interessa à instituição financeira espanhola.

Após apresentação organizada pela Apimec Rio, Engel lembrou que o Citi é uma operação relativamente pequena pelo "total da nossa operação" no Brasil.

Luiz Felipe Taunay Ferreira, diretor de relações com investidores do Santander, ressaltou que com a saída do Citibank, o Santander será o único banco estrangeiro com escala no Brasil, "o que traz diversas oportunidades".

Sobre especulações a respeito de Alexandre Tombini, o vice-presidente afirmou que rumores sobre saída do presidente do Banco Central nunca são bons. "Agora, rumores tem todos os dias, centenas deles. Vamos ver o que se concretiza nos

próximos dias, nas próximas semanas."

Também afirmou que neste momento não dá para falar se haverá mudanças maiores ou menores na política econômica. "A única coisa que podemos dizer é que temos que esperar nos próximos dias ou semanas quais ações vão ser anunciadas."

Em relação às crises política e fiscal, destacou que a questão fiscal não é de curto prazo. "Implica algumas medidas como a questão da previdência e outros pontos. É um processo longo."

Inadimplência

O executivo disse esperar um pequeno crescimento na inadimplência nos próximos trimestres, com elevação do

desemprego e a renda em queda. "Mas é controlável. O Santander tem trabalhado muito forte há muito tempo na melhoria dos seus processos, dos seus modelos."

De acordo com Engel, o Santander teve crescimento nos custos em torno de 3% em 2015, com inflação de mais de 7%. "Gestão de custos é um dos pilares do grupo Santander no mundo. Tem uma preocupação muito grande."

Sobre a possibilidade de o governo usar as reservas internacionais para abater a dívida pública, o vice-presidente afirmou que se trata de algo muito complexo e que há regras muito bem definidas sobre a utilização. "É algo que tem que ser muito bem discutido."

Economia&Finanças

Sapucaia Empreendimentos e Participações S.A. - Em Liquidação

CNPJ/MF nº 32.223.851/0001-90

Assembleia Geral de Credores - Convocação. Ficamos Srs. credores da Sapucaia Empreendimentos e Participações S/A - Em Liquidação convocados para a realização de AGE de credores, a realizar-se no dia 29/03/2016, às 10h, em 1ª convocação, ou às 10h30min, em 2ª convocação, na Rua Comte Rubens Silva, 292, sl. 507, Jacarepaguá, RJ, para deliberar sobre a mudança de endereço da sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 14/03/2016. Antonio Francisco Veloso - Liquidante.

MTO LOGÍSTICA MULTIMODAL S.A.

CNPJ/MF nº 14.781.354/0001-25 - NIRE nº 33.3.0030711-7

Convocação de AGE. São convocados os acionistas da Cia., na forma prevista no Art. 124 da Lei 6.404/76, para se reunirem em AGE a ser realizada no dia **23/03/16, às 9:30h**, na sede da Cia., para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) analisar a carta de renúncia do membro do Conselho de Administração ("C.A."), Sr. Miguel Gradin; (ii) tendo em vista a renúncia apresentada por Miguel Gradin, eleger um novo membro para o C.A. da Cia.; (iii) eleger os membros do C.A. da Cia., tendo em vista que os mandatos atuais se extinguirão em 30/04/16 e em 28/07/16; e (iv) indicar o Presidente do C.A. da Cia.. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Cia.. O acionista que desejar ser representado por procurador, constituído na forma do Art. 126, §1º, da Lei 6.404/76, deverá depositar o respectivo mandato na sede da Cia. até 24h antes da realização da Assembleia. RJ, 14/03/16. Alexandre Arrebola, Diretor Presidente.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO MAJÁ LTDA.

CNPJ/MF nº 05.048.575/0001-06 NIRE/JUCERJA Nº 3340004152-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. O Diretor Presidente da Cooperativa no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social convoca os associados que nesta data são em número de 1.588, em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se na sua sede social, na Avenida Capitão Acácio, nº 363 - Boaçú - São Gonçalo - RJ - CEP 24.467-110, no dia 31 de março de 2016, às 13:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 14:00 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 15:00 horas, com a presença mínima de 10 (dez) associados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a **ordem do dia**: **1.** Prestação de contas do exercício de 2015; **2.** Destinação das sobras apuradas; **3.** Fixação do valor da cédula de presença dos membros dos órgãos estatutário; **4.** Outros assuntos de interesse social. São Gonçalo, 18 de março de 2016. **Licelei Joaquim de Oliveira - Diretor Presidente.**

EDITAL DE CITAÇÃO Com o prazo de vinte dias O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Gracia Cristina Moreira do Rosario - Juiz Titular do Cartório da 32ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Presidente Vargas, 2555 3º Pav. 307/316/326 CEP: 20210-030 - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-2388 e-mail: cap32civ@tjrr.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Ordinário - Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material, de nº 0054498-53.2014.8.19.0001, movida por JORGE VANNIER RIBEIRO ALVES - CPF: 402.645.307-30 em face de FERNANDO MONTEIRO MARINHO - CPF: 384.035.017-49, objetivando condenação do réu ao cumprimento da obrigação de pagar ao autor. Assim, pelo presente edital CITA o réu FERNANDO MONTEIRO MARINHO, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados, caso não ofereça contestação. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezesseis. Eu, Claudio Roberto Miranda Lima - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 011/29945, digitei. E eu, Marisa Melo - Responsável pelo Expediente - Matr. 011/18928, o subscrevo.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Na conformidade dos nossos Estatutos ficam convocados todos os empregados da categoria abrangida pela representação deste Sindicato, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 23 de março de 2016, às 10:00 horas em primeira convocação e às 11:00 horas em segunda e última, com qualquer número de presentes, na Rua Alcindo Guanabara, 17/21 - Sala 808/809 - Centro/RJ, e nos seguintes endereços: Rua Rafael Antônio de Andréa, nº 15 - Sala 103 - Resende; Rua Edson Passos, 101, grupo 02 - Volta Redonda; Rua Leandro José de Figueiredo, 160 - Praia do Anil - Angra dos Reis; Rua Rafael Antunes, 113 - Centro, Barra do Piraí; Av. Silviana Borges Graciosa (ao lado da escola Stª Cecília - Valença), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Discussão e aprovação da pauta de reivindicações a ser proposta para renovação da norma coletiva; b) Fixação do valor da Contribuição Assistencial a ser incluída na pauta de reivindicação da categoria; c) Autorizar a Diretoria a firmar Acordo/Convenção Coletiva com o Sindicato Patronal: Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Auditoria, Perícias, Informações e Pesquisas no Sul Fluminense do Estado, e/ou instaurar Dissídio Coletivo; d) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 17 de março de 2016. Wellington Luís Aguiar de Souza - Presidente.

A MEDIDA CERTA PARA SEUS ANÚNCIOS

DIÁRIO MERCANTIL

2223-8557 E 2223-8590